



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0063560-60.2003.8.17.0001 (308272-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE  
PROCURADOR : LORENA COELHO GANTOIS MASSA  
AGRAVADO : VALDOMIRO BRAUN DUARTE  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.


V - O parcelamento acordado após a consumação da prescrição não tem o condão de retroagir como causa interruptiva. Precedentes.

VI - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 8 de outubro de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

74  
v

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0063560-60.2003.8.17.0001 (308272-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE  
PROCURADOR : LORENA COELHO GANTOIS MASSA  
AGRAVADO : VALDOMIRO BRAUN DUARTE  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Município do Recife em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 308272-4.

2. O Magistrado de piso, nos autos da Execução Fiscal nº 001.2003.063560.9, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo a IPTU e Taxas Imobiliárias.

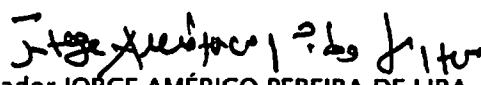
3. Irresignado, o Município do Recife apresentou Apelo voluntário, que teve seu seguimento negado por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil (cf. fls. 40/44).

4. Em consequência, a Municipalidade ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta col. Corte de Justiça.

Em síntese, sustenta o Município Agravante que: i) não é possível a decretação de ofício da prescrição sem a prévia oitiva da Fazenda Pública; ii) houve a interrupção do prazo prescricional, nos termos do art. 174, IV, do CTN; iii) sendo dado o efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabe ao Poder Judiciário - dentro de suas possibilidades - o cumprimento do impulso processual (art. 262 do CPC c/c Súmula 106 do STJ); e iv) o despacho inicial determinando a citação do executado interrompe o prazo prescricional.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 8 de OUTUBRO de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0063560-60.2003.8.17.0001 (308272-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE  
PROCURADOR : LORENA COELHO GANTOIS MASSA  
AGRAVADO : VALDOMIRO BRAUN DUARTE  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

V - O parcelamento acordado após a consumação da prescrição não tem o condão de retroagir como causa interruptiva. Precedentes.

VI - Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pelo Município Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta eg. Corte de Justiça Estadual.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

76  
OK

2. Registre-se, de início, que o crédito tributário, *in casu*, foi constituído, através de lançamento de ofício, nos exercícios de 1998 a 2000, e a ação iniciada virtualmente no ano de 2003.

3. Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exequente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

4. Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 2003, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em agosto de 2008 (cf. certidão de fl. 05).

Não havendo neste interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, quando de posse dos autos na forma virtual, sendo evidente sua desídia em ver seu crédito tributário satisfeito.

5. Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

Neste sentido, tenho por aplicável, por identidade de fundamento, o seguinte precedente do STJ:

**TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE.**

*1. Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no art. 219, § 5º do CPC (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. O regime do § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente nele indicadas. Precedentes de ambas as Turmas da 1ª Seção.*

*2. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.*

(STJ, REsp 1.100.156/RJ, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 18.06.2009).

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

Ademais, esta col. Corte de Justiça Estadual também tem encartado o mesmo posicionamento, consoante o julgamento da Apelação Cível n. 0269323-6, de relatoria do e. Des. Francisco Bandeira de Mello.

6. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ na prática levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor.

Neste caso, como visto, a demora para com a citação é imputável ao credor exequente. Logo, impende concluir que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exequente, até a materialização dos autos, em 2008, quando já se havia ultimado a prescrição do crédito tributário objeto desta execução.

7. É bem verdade que, consoante o art. 174, IV, do CTN, o pedido de parcelamento, realizado após confissão espontânea de dívida, por representar ato inequívoco de reconhecimento do débito, interrompe o curso da prescrição tributária.

Entretanto, de acordo com a reiterada jurisprudência do col. Superior Tribunal de Justiça, o parcelamento acordado após a consumação da prescrição não tem o condão de retroagir como causa interruptiva. Confirmam-se:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE. CRÉDITO JÁ EXTINTO. ART. 156, V, DO CTN. PRECEDENTES.*

*1. Não se conhece de Recurso Especial em relação a ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.*

*2. A confissão da dívida para fins de parcelamento do débito importa em interrupção do prazo prescricional, consoante disposto no art. 174, parágrafo único, do CTN. No entanto, o parcelamento acordado após a consumação da prescrição não tem o condão de retroagir como causa interruptiva. Precedentes do STJ.*

*3. Recurso Especial não provido.*

(STJ, REsp 1.223.420/RS, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15.03.2011).

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE. CRÉDITO EXTINTO NA FORMA DO ART. 156, V, DO CTN. PRECEDENTES.*

(...)

2. A prescrição civil pode ser renunciada, após sua consumação, visto que ela apenas extingue a pretensão para o exercício do direito de ação, nos termos dos arts. 189 e 191 do Código Civil de 2002, diferentemente do que ocorre na prescrição tributária, a qual, em razão do comando normativo do art. 156, V, do CTN, extingue o próprio crédito tributário, e não apenas a pretensão para a busca de tutela jurisdicional.

3. Em que pese o fato de que a confissão espontânea de dívida seguida do pedido de parcelamento representar um ato inequívoco de reconhecimento do débito, interrompendo, assim, o curso da prescrição tributária, nos termos do art. 174, IV, do CTN, tal interrupção somente ocorrerá se o lapso prescricional estiver em curso por ocasião do reconhecimento da dívida, não havendo que se falar em renascimento da obrigação já extinta ex lege pelo comando do art. 156, V, do CTN.

4. Recurso especial não provido.

(STJ, REsp 1.210.340/RS, rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.11.2010).

*PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PARCELAMENTO ACORDADO - ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 174 DO CTN, E 191 DO CC - INEXISTÊNCIA - PRESCRIÇÃO CONSUMADA.*

1. O preenchimento de termo de confissão de dívida para fins de parcelamento do débito não tem o condão de restabelecer o direito do Fisco de exigir o crédito extinto pela prescrição.

2. Precedentes: AgRg no REsp 1087838/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 23.4.2009, DJe 19.5.2009; REsp 812669/RS, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 17.8.2006, DJ 18.9.2006.

Agravo regimental improvido.

(STJ, AgRg no REsp 1.116.753/AC, rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 16.04.2010).

*TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO 535. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO.*

(...)

4. Parcelamento acordado após a consumação do prazo prescricional não atua como causa retroativa de interrupção do curso do prazo prescricional.

5. Recurso não-provido.

(STJ, REsp 812.669/RS, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 18.09.2006).

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

*In casu*, por meio de uma cuidadosa análise dos autos, observo a existência de pedido de parcelamento do crédito tributário efetuado no dia 02.12.2008 (cf. fl. 30), quando já transcorrido integralmente o prazo prescricional quinquenal.

Desta feita, em consonância com os julgados acima referidos, não há falar em interrupção do prazo prescricional do crédito tributário reclamado na presente demanda, impondo-se assim o reconhecimento de sua extinção nos termos do art. 156, V, do CTN.

8. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 8 de outubro de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

79  
R